



APRIMORANDO A QUALIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DO GASTO PÚBLICO COM TRANSPARÊNCIA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste capítulo serão abordados os aspectos relativos à gestão orçamentária, financeira e ao gasto público com transparência. Dentro da estrutura da Polícia Militar do Estado do Pará, há 4 (quatro) responsáveis por essas áreas de atuação: a 6ª Seção do Estado-Maior Geral (PM/6), Diretoria de Projetos e Convênios da Polícia Militar (DPCPM), Diretoria de Finanças (DF) e Controladoria Interna (CI).

A Seção do Estado-Maior Geral (PM/6) contribuiu com informações acerca da execução orçamentária do ano de 2023, visto que são responsáveis pelo gerenciamento do orçamento da corporação. Os dados sobre a execução financeira, a cargo da DF, desempenham papel fundamental para a utilização dos recursos disponíveis da PMPA, seguindo a programação orçamentária.

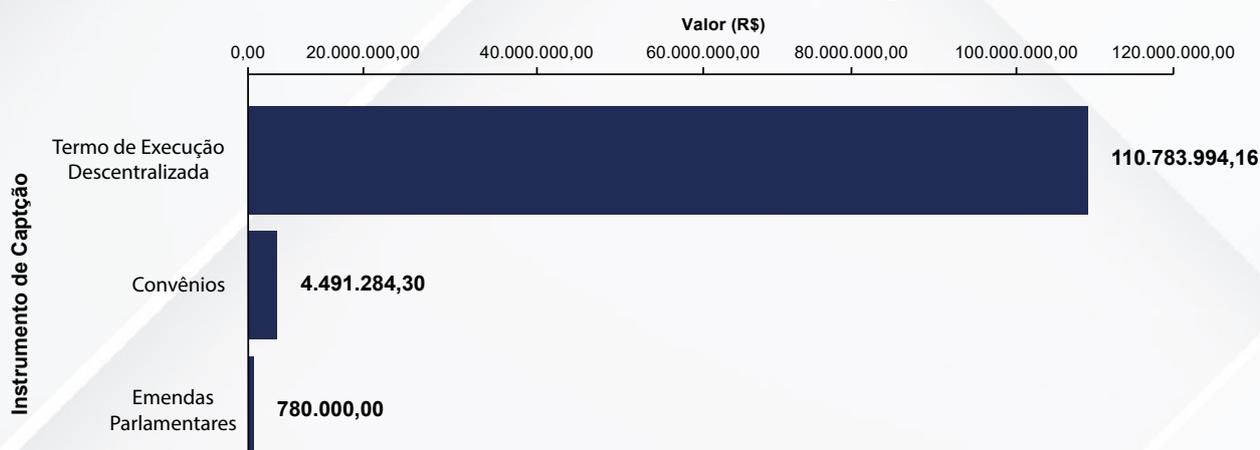
A DPCPM elabora os projetos e convênios da instituição, visando a captação de recursos públicos e privados, por meio

da integração e parcerias com diversos órgãos. A Controladoria Interna (CI) colaborou com informações sobre a transparência ativa e passiva da gestão pública, da qualidade dos gastos, do equilíbrio fiscal e da efetividade das políticas públicas.

É a DPCPM que realiza a gestão de projetos e convênios da corporação, visando à captação de recursos públicos e privados, por meio da integração e parcerias com diversos órgãos, sendo norteadada pela iniciativa estratégica 18.1.1, "Elaborar e implementar programa de incremento de captação de recursos para a PM".

Como resultado das boas práticas viabilizadas pela captação de recursos realizadas pela DPCPM, no ano de 2023 foram captados, como recursos extraorçamentários, o montante de R\$ 116.055.278,46, utilizando-se de vários instrumentos, incluindo: Termos de Execução Descentralizada (TEDs), Convênios e Emendas Parlamentares.

Recursos financeiros extraorçamentários captados em 2023



Fonte: DPCPM, PMPA.

Do montante de R\$ 110.783.994,16, ao qual o gráfico se refere, o valor de R\$ 96.953.980,56 foi destinado para despesa com pessoal e custeio.

Outros R\$ 13.830.013,60 foram reservados para investimentos na aquisição de materiais e equipamentos para as unidades da Corporação.

No ano de 2023, a Diretoria de Projetos e Convênios participou das tratativas para a assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) n.º 005/2023, celebrado entre a Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA) e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). O referido Termo tem como objetivo prevenir a violência no campo escolar, operacionalizando o suporte financeiro para o pagamento da Gratificação de Complementação de Jornada Operacional (GCJO) aos policiais militares que atuam dentro das escolas, além de outras despesas com pessoal, garantindo assim, um suporte de 162.680 jornadas operacionais, abrangendo em torno de 310 escolas distribuídas em 72 municípios.

Ressalta-se a relevância do TED citado pelos impactos positivos gerados no corpo da sociedade paraense, tendo em vista que por meio do pacto celebrado, foi possível aumentar significativamente a presença policial, ampliando o reforço nas escolas. Dessa forma, é possível garantir a segurança e a redução de infrações tanto no ambiente escolar quanto em suas regiões adjacentes. Destaca-se que o estado foi um dos pioneiros no país a implementar programas de prevenção à violência no ambiente escolar, sobretudo no tocante ao policiamento técnico preventivo, com a implementação da Operação Escola Segura.

Os montantes captados através de Convênios foram firmados por meio de par-

cerias com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD).

No que diz respeito à captação de recursos, a Diretoria apresentou dois projetos para o Núcleo de Projetos Corporativos da SEGUP. O primeiro projeto é voltado para aquisição de material bélico, enquanto que o segundo é destinado à aquisição de equipamentos para treinamento físico resistido. Ambos os projetos foram aprovados sem ressalvas, a fim de comporem o Plano de Ação 2023, nas áreas temáticas de Redução de Mortes Violentas Intencionais e Melhoria da Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública. O montante de recursos viabilizados para esses projetos foi de R\$ 10.402.614,36.

Em consonância com a estratégia 18.1, "Aperfeiçoar os projetos e convênios", conforme estabelecido no Plano Estratégico da PMPA, a DPCPM participou de maneira integrada com o Centro de Patrimônio (CPAT) na gestão do projeto de construção do novo complexo do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), cujo valor ficou estimado em R\$ 57.737.396,70.

É importante ressaltar que o orçamento decorrerá do financiamento entre o Governo do Estado do Pará e a Caixa Econômica Federal, com previsão de conclusão para o ano de 2024.



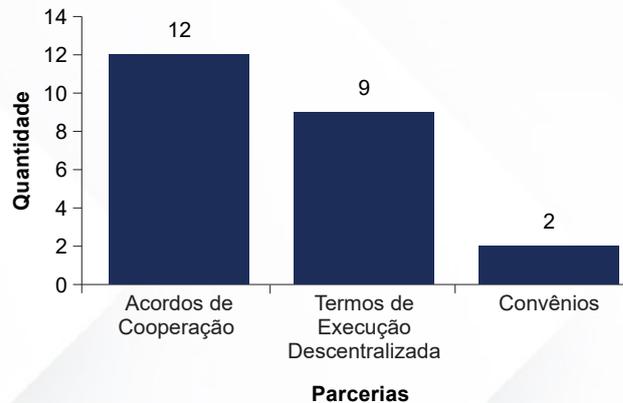
Fonte: Centro de Patrimônio da PMPA, PMPA.



Promovendo a integração entre a PMPA e outros órgãos, a Corporação, por meio da Diretoria de Projetos e Convênios, efetivou 23 parcerias no ano de 2023, distribuídas da seguinte forma: 12 Acordos de Cooperação, 09 Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e 02 Convênios Federais.

Portanto, parcerias como estas são essenciais para a obtenção dos recursos financeiros, impulsionando as iniciativas da instituição em prol do desenvolvimento de ações que promovam o bem-estar da população no tocante a área da segurança pública.

Quantidade de parcerias efetivadas entre a PMPA e outros Órgãos no ano 2023



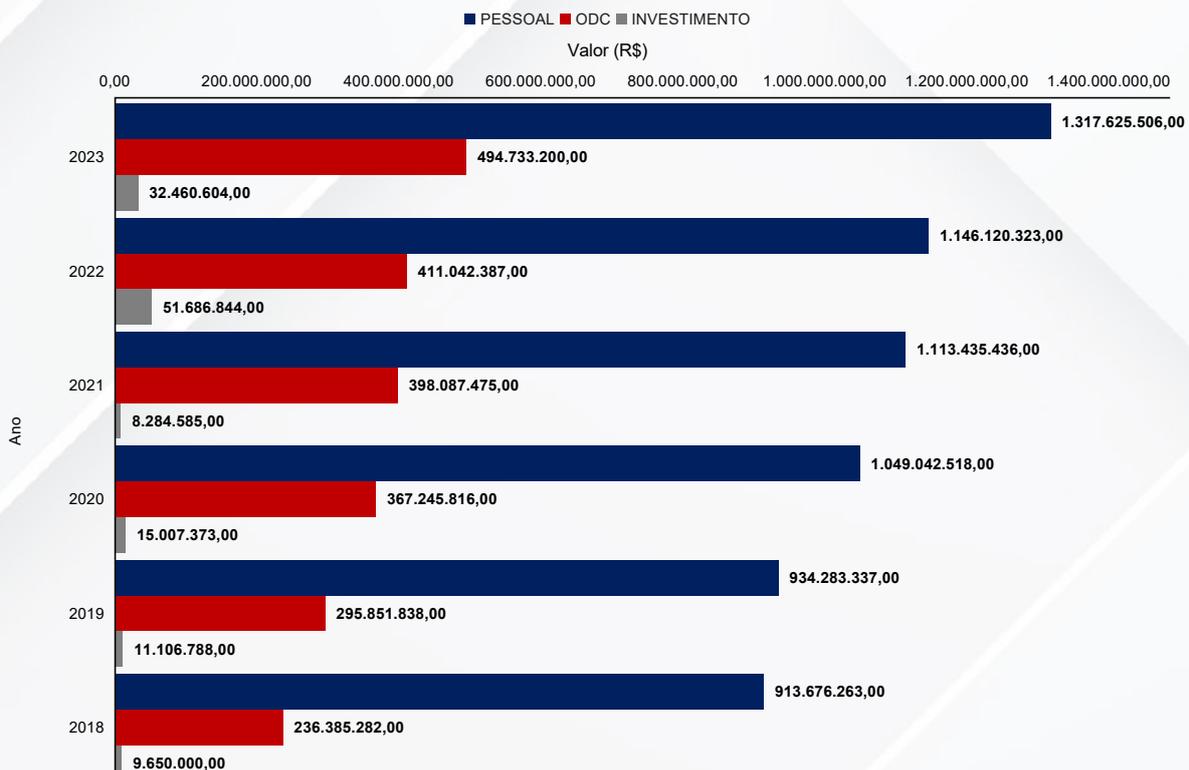
Fonte: SIAFE, PMPA.

Comparativo de Execução Orçamentária e Financeira 2018 a 2023

O Plano Estratégico da PMPA, no que se refere à perspectiva de orçamento, estabelece como objetivo 19, "Aprimorar a elaboração, aprovação, execução e o controle orçamentário e financeiro da Polícia Militar", adotando como estratégia 19.1, "Aperfeiçoar a programação orçamentária e financeira" desta instituição.

Nesse sentido, cabe salientar que tais despesas são norteadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA), de modo que houve o aumento da previsão dessas despesa no período de 2018 a 2023, nos grupos de Pessoal, Investimento e Outras Despesas Correntes (ODC), como evidenciado no gráfico a seguir:

Comparativo orçamentário de 2018 a 2023 de despesas com Pessoal ODC e Investimento



Fonte: OGE, PMPA.

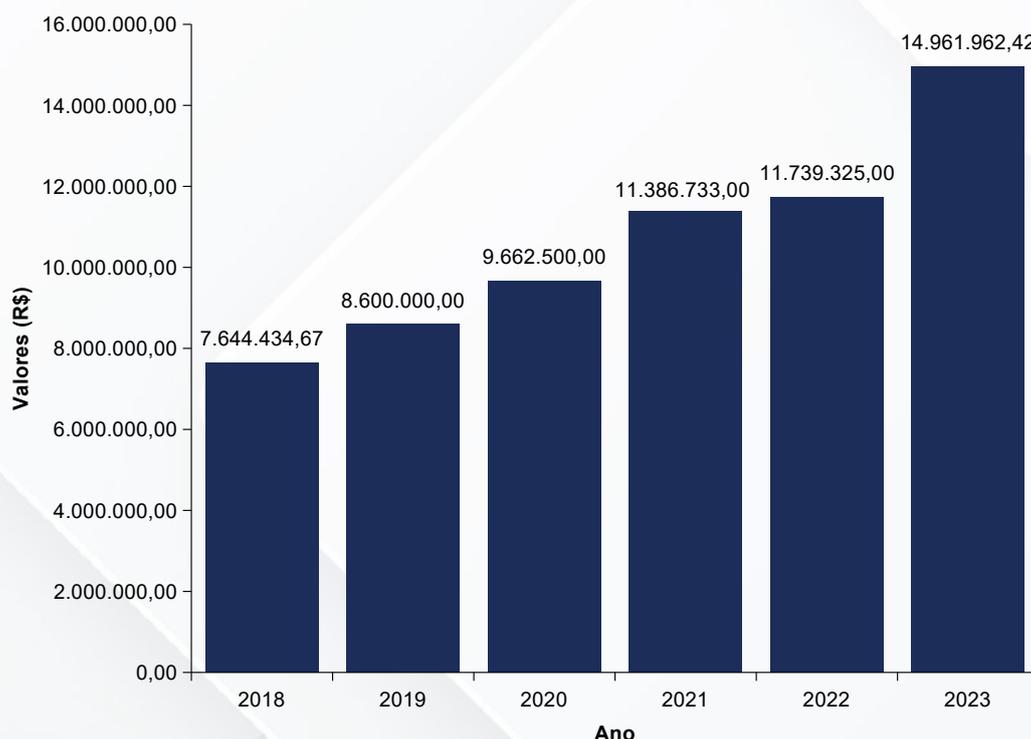
Analisando o gráfico ao lado, observa-se um crescimento nas despesas no período de 2018 a 2023, justificado pela priorização do estado na área da segurança pública. No que diz respeito ao campo de pessoal, nesse mesmo período, houve o incremento de 44,21% quando comparado ao ano de 2018. Esse percentual está diretamente ligado ao ingresso de efetivo nos cursos de formação, além da política de valorização do Policial Militar por meio de reajuste salarial e a própria progressão funcional mediante as promoções ocorridas ao longo desse mesmo período.

Em se tratando de Outras Despesas Correntes (ODC), a variação foi de 109,29%,

pois observou-se o aumento substancial nos custos da Polícia Militar do Pará ao longo dos anos, necessitando de aportes significativos por parte do Governo Estadual para atender às demandas exigidas pela Corporação visando o desenvolvimento da atividade finalística como um todo.

Nessa ótica, em relação à cota financeira mensal repassada à Corporação observou-se a elevação da mesma, principalmente devido a novas contratações, reajustes e aditivos contratuais de valor e quantidade, dentre eles o acréscimo de viaturas e motocicletas, o que refletiu diretamente no gasto com combustível, como se pode notar no gráfico a seguir:

Valor da cota mensal de ODC disponibilizada à PMPA, nos anos de 2018 a 2023



Fonte: OGE, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Em relação aos investimentos, é perceptível uma oscilação nos valores destinados a essa despesa. Contudo, cabe salientar que, no período de 2019 a 2021, o mundo foi assolado pela pandemia da Covid-19, a qual ensejou esforços de todas as esferas de poder para fazer frente a essa demanda de saúde pública.

Por outro lado, quando analisados especificamente os anos de 2018 e 2023 a variação em valores percentuais foi de 95,72%. Sendo assim, justifica-se os aportes para fazer frente às necessidades da Polícia Militar do Pará para bem servir à sociedade paraense.



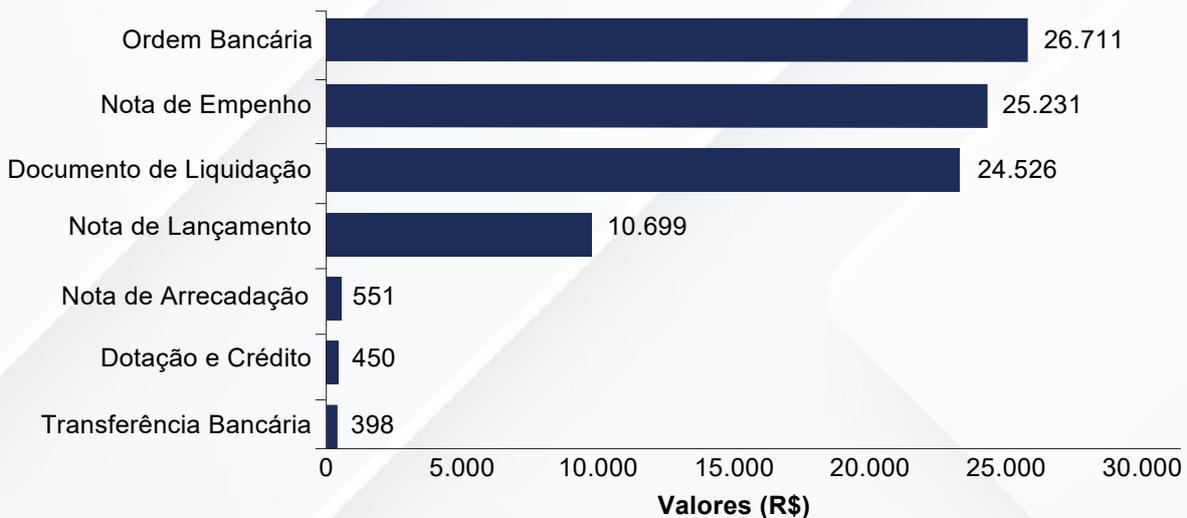
Desafios da Execução Orçamentária e Financeira

Nessa mesma linha de pensamento, no que concerne à execução orçamentária e financeira, é importante frisar a mudança sistêmica ocorrida no ano de 2023, a qual apresentou desafios significativos quanto à realização dessas rotinas. Exemplo disso, foi a implementação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFE), instituído pelo Decreto n.º 2.848, de 27 de dezembro de 2022, em substituição ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), o qual era operacionalizado pelos Órgãos da Administração Pública do Estado do Pará até o ano de 2022, ou seja, ocorreu a migração e ade-

quação de sistema. Desse modo, é fundamental apresentar a produtividade realizada no SIAFE ao longo do exercício financeiro do ano de 2023, no que concerne à execução orçamentária e financeira.

Essa execução é contabilizada a partir de rotinas necessárias ao cumprimento dos atos inerentes ao processamento das despesas, como contratos administrativos, diárias, suprimento de fundos, ajustes contábeis, folha de pagamento, entre outros. Sendo assim, isso abrange despesas com grupo de Pessoal, Investimento e Outras Despesas Correntes (ODC):

Quantidade de documentos gerados pela DF de Finanças no SIAFE em 2023



Fonte: SIAFE, PMPA.

A partir dos dados acima, observa-se que foram realizados 88.566 registros no SIAFE, decorrentes em função da execução das despesas do grupo de Pessoal,

Investimento e ODC. Destarte, passa-se a discorrer a seguir sobre as principais despesas com ODC e Investimentos realizados pela Corporação em 2023.

Execução Orçamentária e Financeira

No contexto da estratégia 19.3, "Aperfeiçoar a execução orçamentária", tendo como iniciativa estratégica 19.3.1, "Assegurar a Execução Financeira de acordo com a Programação Orçamentária", as despesas foram dotadas de orçamento nas ações orçamentárias correspondentes

a cada área de atuação institucional, por meio das Unidades Policiais Militares previstas no quadro organizacional. Portanto, buscou-se maximizar a execução das despesas ao longo do exercício financeiro no ano de 2023, como pode ser evidenciado na tabela a seguir:

Execução Orçamentária da PMPA no ano de 2023, ODC e Investimento

Ação	Grupo de Despesa	Dotação Inicial (R\$)	Valor Total Empenhado (R\$)	% Executado
Abastecimento de unidades móveis do Estado	ODC	54.887.600,59	54.631.400,59	99,53%
Adequação de Unidades Policiais	Investimentos	4.600.000,00	4.242.338,02	92,22%
Assistência aos agentes de Segurança Pública	Investimentos	85.124,48	85.124,48	100,00%
	ODC	1.281.800,00	1.270.837,83	99,14%
Capacitação dos agentes de Segurança Pública	ODC	3.248.882,56	3.233.321,59	99,52%
Edição e Publicação de atos da Administração Pública	ODC	291.570,00	291.570,00	100,00%
Formação Inicial de agentes de Segurança Pública	Investimentos	53.777,79	53.777,79	100,00%
	ODC	1.809.000,00	1.770.904,46	97,89%
Gerenciamento das ações de informação e produção do conhecimento	ODC	237.610,00	224.112,54	94,32%
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	ODC	2.804.003,00	2.774.760,08	98,96%
Operacionalização das Ações Administrativas	Investimentos	1.012.663,84	1.012.663,84	100,00%
	ODC	22.312.136,14	21.719.019,13	97,34%
Realização das ações da Corregedoria do SIEDS	ODC	957.500,00	940.895,57	98,27%
Realização de ações da Polícia Administrativa	ODC	11.678,10	5.677,10	48,61%
Realização de ações da Polícia Judiciária Militar	ODC	136.551,90	125.551,34	91,94%
Realização de Missões Especiais de alta complexidade	Investimentos	1.037.343,75	485.168,51	46,77%
	ODC	3.611.000,00	3.536.611,31	97,94%
Realização de Policiamento Ostensivo	Investimentos	19.124.755,17	17.853.960,03	93,36%
	ODC	119.401.625,90	118.556.681,10	99,29%
Total		236.904.623,20	232.814.375,30	98,27%

Fonte: SIAFE, PMPA.

Outras Despesas Correntes (ODC)

Será apresentado por meio de um infográfico os principais custos relacionados às Outras Despesas Correntes (ODC), entre elas: combustível, locação de viaturas, professores/instrutores dos cursos organi-

zados e gerenciados no âmbito da PMPA, manutenção predial e diárias. Esses custos buscam atender à programação orçamentária estabelecida pela Corporação.

Principais despesas pagas pela Polícia Militar do Pará, em 2023

R\$ 82.297.129,65
Locação de viaturas



R\$ 1.227.026,02
Professores/Instrutores



R\$ 49.817.659,99
Combustível



R\$ 30.478.018,10
Diária



R\$ 5.406.188,99
Manutenção predial



Fonte: SIAFE, PMPA



Duas despesas estão diretamente relacionadas às condições de trabalho do Policial Militar e ao próprio reforço policial

na atividade-fim da PMPA: manutenção predial e adiantamento de diárias em operações realizadas pela Corporação.

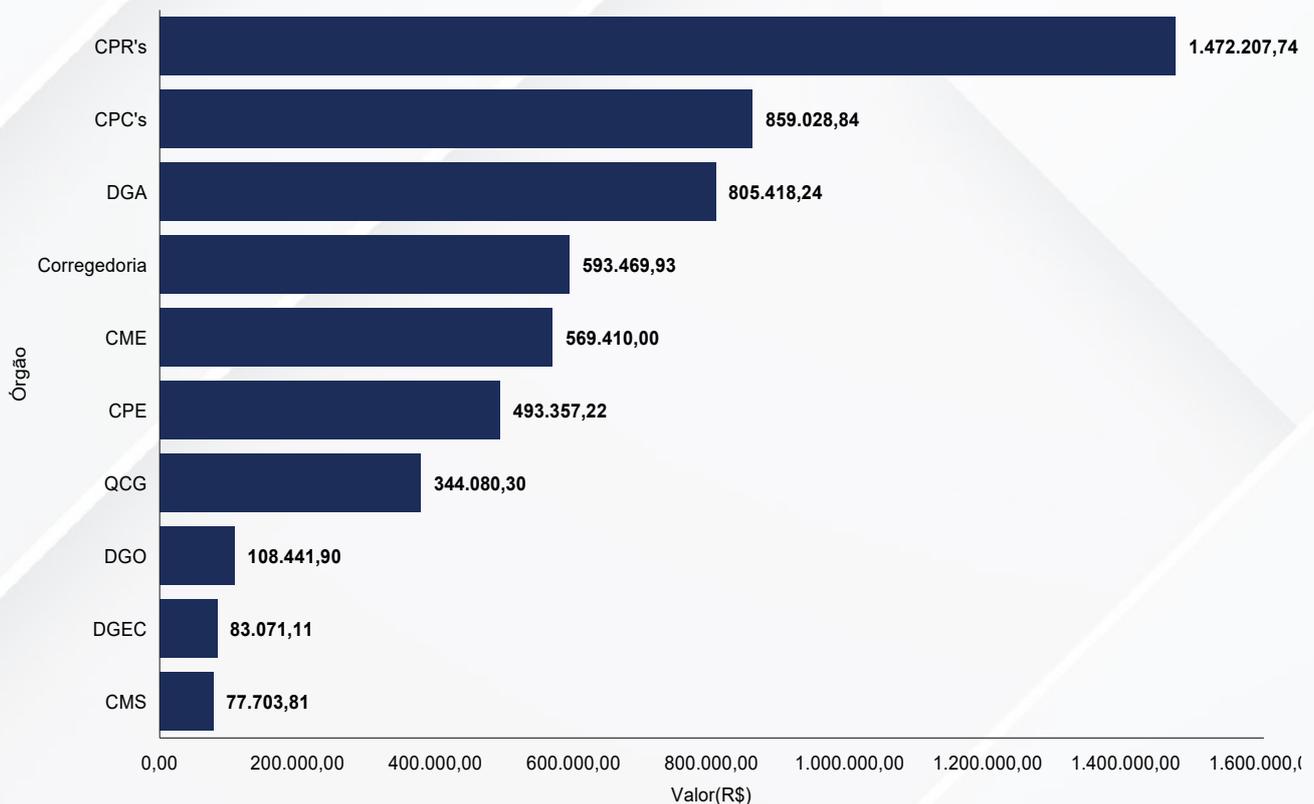


Despesa com manutenção predial

Com relação à manutenção predial, no ano de 2023, diversas unidades foram contempladas com manutenção em suas

instalações, perfazendo um total de R\$ 5.406.189,09, assim discriminadas:

Valores executados pela PMPA em manutenções prediais em 2023



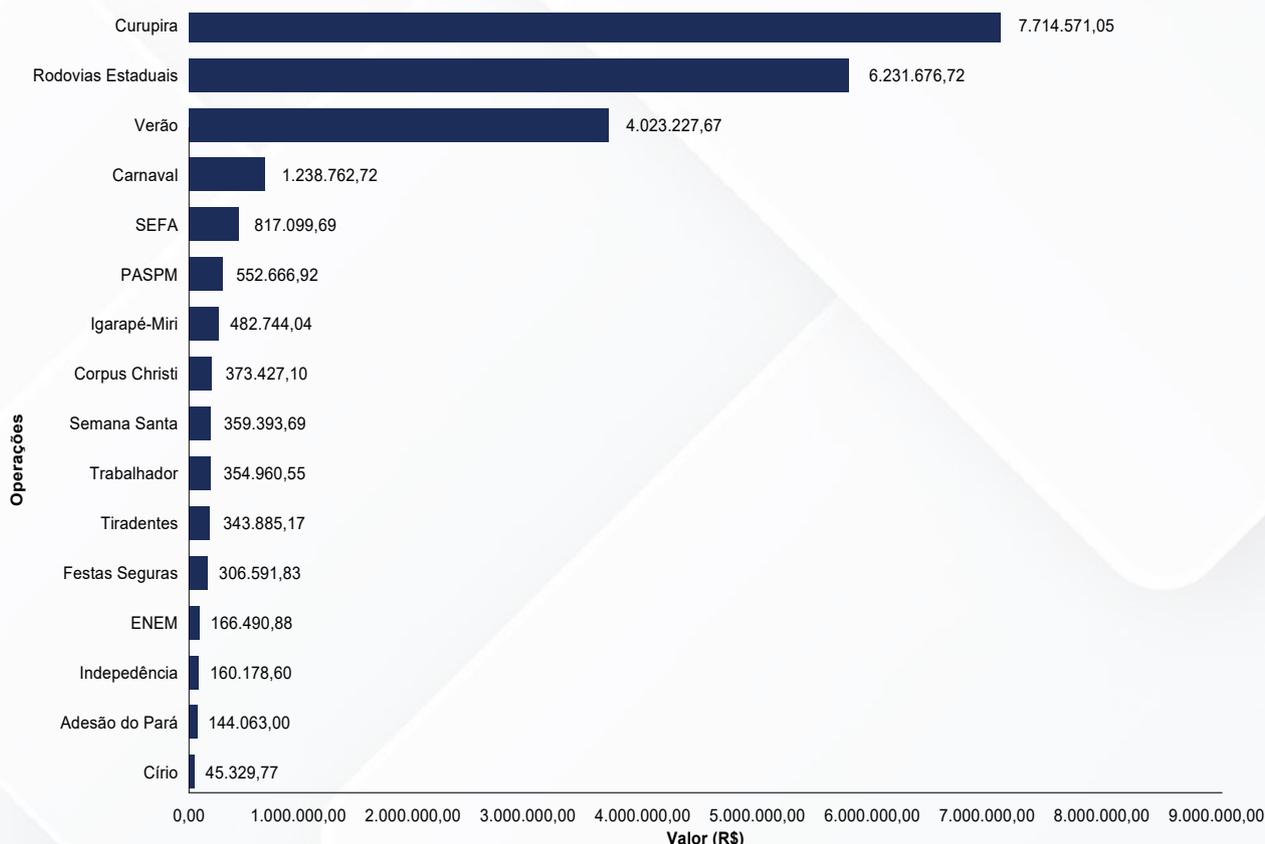
Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA.

Despesa com Diárias

Em 2023, foram publicadas e confeccionadas 7.200 portarias que contribuíram para a execução orçamentária no valor de total R\$ 30.478.018,10.

A seguir demonstram-se os custos das principais operações que foram executadas no âmbito da PMPA.

Despesas com diárias das principais operações no ano de 2023



Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA.

Investimentos

É inegável a importância da realização de investimentos que venham contribuir com o melhoramento da atividade policial, em especial, como suporte para a atividade-fim da Polícia Militar do Pará, de modo a refletir diretamente na qualidade do serviço prestado à sociedade paraense.

Dessa maneira, a Corporação otimizou a disponibilidade orçamentária no ano de 2023, de forma a atender os mais diversos setores e áreas de atuação, demonstrando a transparência e o zelo com o gasto público, evidenciado, por exemplo, na aquisição de equipamentos e realização de obras.

Equipamentos

No ano de 2023, foi pago o montante de R\$ 9.840.045,75, restando o valor de R\$ 13.832.539,10 a ser processado em 2024, a conta de restos a pagar, como se observa na tabela a seguir:



Execução orçamentária de equipamentos no ano de 2023 pela PMPA, por natureza de despesa

Descrição da Natureza de Despesa	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	Saldo de Empenhos a Pagar (R\$)
Aeronaves	78.556,00	78.556,00	-
Aparelhos hospitalares	82.983,59	49.837,75	33.145,84
Aparelhamento de medição e orientação	3.928,70	3.928,70	0,00
Aparelhos e Equip. para esportes e diversões	5.925,60	5.925,60	0,00
Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.096.725,00	-	4.096.725,00
Aparelhos e utensílios domésticos	81.461,20	67.748,00	13.713,20
Armamentos	10.819.899,80	3.247.729,80	7.572.170,00
Equipamento de proteção segurança e socorro	563.563,33	563.563,33	0,00
Equipamentos de manobra e patrulhamento	80.166,00	-	80.166,00
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	172.131,94	77.202,90	94.929,04
Máquina, ferramentas e utensílios de oficina	2.748,00	2.748,00	-
Máquinas e equipamentos de natureza industrial	4.072,00	4.072,00	-
Máquinas e equipamentos agric. e rodoviários	49.020,70	49.020,70	0,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	1.751.502,18	803.084,67	948.417,51
Material do TIC	1.157.352,76	1.124.109,41	33.243,35
Mobiliário em geral	4.522.748,06	3.762.518,90	760.229,16
Veículos de tração mecânica	199.800,00	-	199.800,00
Total	23.672.584,86	9.840.045,76	13.832.539,10

Fonte: SIAFE, PMPA.

No que se refere às obras e serviços relacionados a reforma, construção e projetos de engenharia, a execução orçamentária decorreu da seguinte maneira:

Execução Orçamentária e Financeira da PMPA com obras e serviços de Engenharia no ano de 2023

Descrição	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	Saldo Empenhos a Pagar (R\$)
Obras em Andamento.	3.141.461,94	2.664.166,73	477.295,21
Serviços Técnicos Profissionais, Exceto TIC	1.100.876,08	691.865,91	409.010,17
Total	4.242.338,02	3.356.032,64	886.305,38

Fonte: SIAFE, PMPA.

A partir da tabela acima, pode-se depreender que os pagamentos realizados com recursos provenientes do tesouro do estado atinentes a obras em andamento totalizaram o montante de R\$ 2.664.166,73 no ano de 2023, restando a ser pago o valor de R\$ 477.295,21, o qual foi inscrito em restos a pagar, cujo pagamento decorrerá no ano de 2024.

Cabe destacar a execução financeira dessas obras, incluindo a construção

de novas unidades na capital e interior do Estado, além da continuidade da construção das que não foram concluídas, como é o caso do Hospital da PMPA (HPM) para o qual foi pago R\$ 240.470,12 apenas em 2023, ficando R\$ 265.770,26 em restos a pagar, a ser processado no exercício financeiro de 2024. Da mesma forma, o valor de R\$ 211.524,95, referente à construção do 46º BPM, em Novo Progresso, também está registrado como restos a pagar, como se observa na tabela a seguir:

Execução financeira das despesas com obras em andamento no exercício financeiro de 2023

Unidade PM	Valor Pago (R\$)	Valor Total (R\$)	% Executado	Valor a Executar (R\$)
HPM	1.611.990,04	3.228.213,93	49,93%	1.616.223,89
24º PPD	261.177,81	1.229.148,90	21,25%	967.971,09
CPR VIII/4ª CIME	589.313,09	6.797.636,16	8,67%	6.208.323,07
3º BME	476.072,15	2.950.253,20	16,14%	2.474.181,05
46º BPM	R\$ 0,00	2.499.996,91	0,00%	2.499.996,91
BEP	250.240,06	2.294.000,00	10,91%	2.043.759,94
RPMONT	413.608,53	2.187.546,28	18,91%	1.773.937,75
29ª CIPM	215.808,57	1.629.558,64	13,24%	1.413.750,07
26º CIPM	217.476,40	1.686.868,14	12,89%	1.469.391,74

Fonte: SIAFE, PMPA.

Transparência Pública

A Controladoria Interna (CI) é o órgão de assessoramento direto do Comandante-Geral nos assuntos de controle interno relacionados às atividades da Corporação. Suas responsabilidades incluem garantir a legalidade dos certames licitatórios e contratos, realizar auditorias internas, analisar a conformidade e acompanhar e controlar as atividades administrativas, operacionais, contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais da Corporação.

Vinculada à Controladoria Geral do Estado (CGE), a CI coordena a prestação de contas da PMPA junto à própria CGE e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Após análise e emissão de relatório de completude e parecer pela CGE, inicia-se a prestação anual de contas de gestão junto ao TCE, realizada obrigatoriamente através do sistema e-Jurisdicionado, uma plataforma online disponível do site oficial do TCE, de acordo com a Resolução n.º 18.975/2017.



No ano de 2023, foram registrados 7.401 processos de prestação de contas de Diárias, 1.968 processos de suprimento de fundos e 706.791 Cotas de Gratifica-

ção Complementar de Jornada Operacional (GCJO). Todos esses processos foram analisados segundo a CI, conforme demonstrado a seguir:



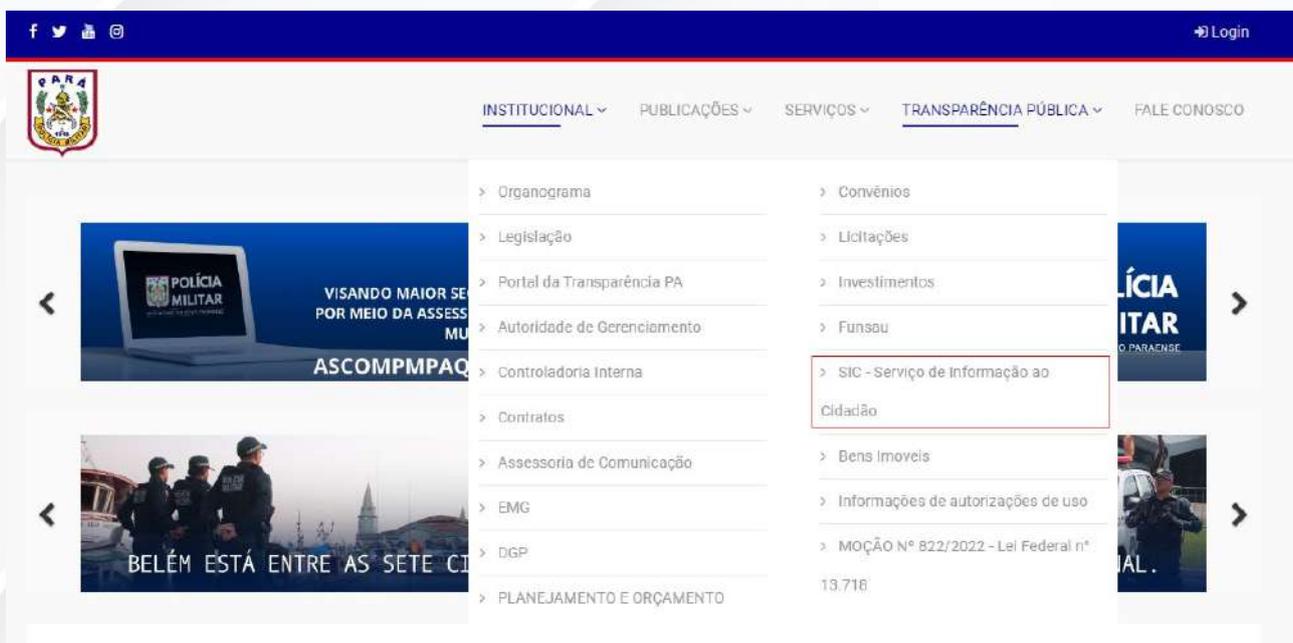
Quantidade de processos de diárias, suprimento de fundos e GCJO analisados pela Controladoria Interno em 2023



Fonte: Controladoria Interna, PMPA.

É importante ressaltar que no ano de 2023, houve um notável avanço da Controladoria Interna no que diz respeito à implementação e ampliação dos seus mecanismos de transparência da gestão pública, em prol do patrimônio público, da qualidade dos gastos, do equilíbrio fiscal e da efetividade das políticas públicas, visando cumprir os ditames da Lei nº 12.527/2011 – Lei de

Acesso à Informação (LAI). Sendo assim, foram adotadas e implementadas novas medidas de cumprimento, monitoramento e aplicação, sobretudo em relação ao aprimoramento da fiscalização nas atualizações periódicas da seção de “Transparência Pública” no sítio eletrônico “SIC - Serviço de Informação ao Cidadão” da Polícia Militar do Pará, como se pode notar a seguir:



Fonte: Portal da PMPA.

No ano de 2023, a Polícia Militar recebeu 88 solicitações de informações de 56 demandantes. Isso representa uma média de 1,6 pedidos por cada solicitante, todos realizados por meio do sítio eletrônico, conforme dados expressos na tabela a seguir.

Quantidade de atendimentos realizados pela PMPA no e-Sic no ano de 2023

Recurso	Respondidas								
	No prazo			Após prazo			Total respondidas		
	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)	Qtd	%	Tempo Médio (dias)
Solicitação	84	98,80%	10,5	1	1,20%	32	85	100%	10,8
1ª Instância	2	66,70%	3,5	1	33,30%	21	3	100%	9,3
Total	86	-	-	2	-	-	88	-	-

Fonte: Controladoria Interna, PMPA.

Da demanda recebida, 86 solicitações foram respondidas no prazo, totalizando um percentual de 98,8%, e média de 10,5 dias para resposta. Apenas duas solicitações, 1,2% do total, foram respondidas fora do prazo, com tempo médio para resposta de 32 dias. Dentre as respostas, foram apresentados três recursos em 1ª instância, sendo duas com resposta dentro do prazo, 66,7% destes recursos, com tempo médio de 3,5 dias para a resposta.

O acesso à informação é uma ferramenta essencial para garantir a participação cívica e o engajamento dos cidadãos na vida política e social do país. É através desse acesso que os indivíduos podem exercer plenamente seus direitos e deve-

res como membros de uma sociedade democrática, fortalecendo o *compliance*, ou seja, o cumprimento de leis, regulamentos, normas internas e externas, a promoção da ética e a integridade das instituições governamentais. Esse fortalecimento gera a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, contribuindo para a consolidação e o aprimoramento do sistema democrático como um todo.

Em suma, é inquestionável a importância de demonstrar para a sociedade em quais despesas os recursos públicos estão sendo aplicados, pois isso reflete pontualmente em uma melhor prestação de serviço à comunidade.

Ações Desenvolvidas

É importante salientar que, na busca pelo aprimoramento das atividades de execução orçamentária financeira, a Diretoria de Finanças (DF) promoveu visita *in loco* aos Comandos Intermediários da PMPA, tendo como objetivo realizar a atualização cadastral do efetivo junto ao SIAFE, bem como prestar



Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA.

esclarecimentos acerca das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Finanças quanto ao pagamento de adiantamentos (diárias e suprimentos de fundo) e horas-aula dos instrutores/professores dos cursos de formação, capacitação e adaptação, dirimindo dúvidas quanto ao processamento destas despesas.



Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA.



Tais práticas são fundamentais para que policiais militares que exercem suas atividades em municípios distantes da Capital, tenham acesso à informações sobre procedimentos de competência da Diretoria de Finanças, sobretudo quanto a processos de prestação de contas, sejam de suprimento de fundos e/ou diárias.

Divulgação da Central de Atendimento Virtual (CAV)

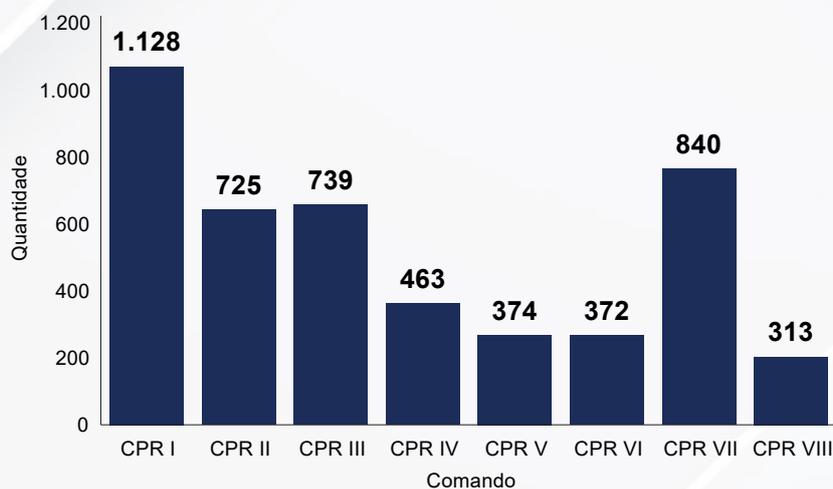


Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA.

Por ocasião das visitas realizadas pela equipe da Diretoria de Finanças (DF) aos Comandos Intermediários, verificou-se que cerca de 80% dos policiais militares das unidades visitadas não conheciam a Central de Atendimento Virtual (CAV), enquanto dos cerca de 20% que a conheciam, 90% avaliou o serviço realizado pela CAV como bom ou excelente, de modo que a divulgação desta ferramenta aproxima a Diretoria de Finanças ao

efetivo que compõe a Polícia Militar do Pará. Em vista disso, buscou-se também com essas visitas, reforçar o canal de atendimento virtual disponibilizado pela Diretoria para que todos os policiais militares possam ter acesso a informações sobre processos de despesa de seus interesses. Logo, prestando esclarecimentos sobre processos de diárias, suprimento de fundos, pagamento de contratos, alteração de bancários pessoais, entre outros.

Quantidade de atendimentos realizados pela Central de Atendimento Virtual da Diretoria de Finanças em 2023.



Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA

Ao longo do ano, a Controladoria Interna (CI) também realizou a capacitação nas áreas subordinadas aos Comandos Intermediários que integram a Polícia Militar. Foram contemplados os CPRs II (Marabá),

III (Castanhal) e VII (Capanema), capacitando 74 policiais militares responsáveis pela prestação de contas dos processos Gratificação Complementar de Jornada (O-CGJO), diárias e suprimento de fundos.



Fonte: Diretoria de Finanças, PMPA.

A CI realizou a capacitação de seu próprio efetivo em duas etapas. Primeiro, três Agentes de Controle Interno (ACI) participaram do curso sobre a Nova Lei de Licitações disponibilizado pela Polícia Militar do Pará. Na segunda etapa, trinta policiais militares que atuam como ACI participaram de capacitação para conhecimento e utilização da nova plataforma do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (SIAFE), disponibilizada pela Secretaria do Estado da Fazenda Secretaria do Estado da Fazenda (SEFA) em parceria com a Controladoria Geral do Estado (CGE).

Desse modo, em consonância com o Plano Estratégico da PMPA, sob a égide do aprimoramento da execução orçamentária e financeira, ao longo dos últimos cinco anos a Corporação vem buscando gerir os recursos disponibilizados, seja cedendo espaço físico, armamentos e equipamentos adequados para o efetivo policial militar, seja valorizando o servidor com aumento salarial, melhorando assim a autoestima da tropa e contribuindo para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população paraense.

